



BOLETIM DA SENAES

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

Ministério do Trabalho e Emprego/SENAES MTE

77ª edição / Novembro de 2025


A última semana de outubro foi auspiciosa para a Senaes do ponto de vista da disseminação das políticas públicas em Economia Popular e Solidária (EPS) a partir do fortalecimento de agendas para a consolidação da EPS ao nível nacional e internacional. Dedicaremos, portanto, esta edição do Boletim Semanal às agendas ocorridas entre os dias 27 e 31 de outubro, com o Seminário Democracia, Território e Participação Social, em Brasília, e o 7º Fórum Global de Economia Social e Solidária, realizado em Bordeaux, na França.

Boa leitura!

SEMINÁRIO INTERNACIONAL “DEMOCRACIA, TERRITÓRIO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL”

Entre os dias 29 e 31, a Universidade de Brasília acolheu o Seminário Internacional “Democracia, Território e Participação Social”, em Brasília. O objetivo da agenda teve como ponto de partida fortalecer o diálogo entre Estado e sociedade e promover o intercâmbio de experiências latino-americanas em políticas públicas. O evento reuniu gestores públicos, especialistas e lideranças sociais do Brasil e da América Latina para discutir caminhos de integração, participação popular e fortalecimento da democracia nos territórios.

Durante estes três dias, ocorreram painéis e mesas de diálogo com experiências da Argentina, Colômbia, México e Venezuela, destacando iniciativas bem-sucedidas na articulação entre Estado e sociedade civil. O último dia do encontro ficou reservado para reunião técnica com gestores e especialistas brasileiros para consolidar reflexões e propostas voltadas ao fortalecimento da participação social e da economia popular no país.



Entre os participantes, nomes de destaque no cenário latino-americano:

- Frei Betto, jornalista, escritor e educador popular
- Jesús Ramírez, coordenador da Assessoria da Presidência da República do México
- Álvaro Zavala, diretor-geral de Operação Integral de Programas da Secretaria de Bem-Estar do Governo do México
- Fernanda Miño, ex-secretária de Integração Urbana do Governo da Argentina
-

Inspiração - O objetivo central do encontro apresentar resultados do mapeamento e análise de experiências latino-americanas que têm o poder de inspirar e fortalecer as políticas públicas brasileiras de participação social, educação popular e economia popular, especialmente no campo da gestão do trabalho e da educação na saúde.

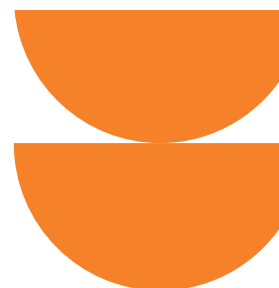
Entre os resultados, a identificação de modelos inovadores e boas práticas internacionais que contribuem para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e conectadas às realidades territoriais e comunitárias do país.

O Seminário Internacional “Democracia, Território e Participação Social” aconteceu a partir da realização conjunta entre os Ministérios da Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério da Saúde (MS), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Escola Nacional Paulo Freire e Fundação Rosa Luxemburgo.

Programa de Formação Paul Singer

A pesquisa é parte das ações do Programa de Formação Paul Singer, responsável pela atuação de 500 Agentes em Economia Popular e Solidária. O Programa é uma iniciativa do MTE, por meio da Senaes, em parceria com a Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro, ligada à pasta do Trabalho.

A estratégia de formação e distribuição de agentes em Economia Popular e Solidária em todo o território brasileiro está articulada à Política Nacional de Participação Social em Educação Popular nos Territórios, coordenada pela Secretaria Geral da Presidência da República, que prevê a formação e a atuação de agentes a partir de programas de vários ministérios.



GILBERTO CARVALHO APRESENTA PROGRAMA PAUL SINGER EM SEMINÁRIO SOBRE DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O secretário nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Gilberto Carvalho, participou nesta quinta-feira (30) do Seminário Internacional “Democracia, Território e Participação Social”, realizado no auditório da Finatec, na Universidade de Brasília. O evento, iniciado na quarta-feira (29), reuniu gestores públicos, especialistas e lideranças sociais do Brasil e da América Latina para debater caminhos de integração, participação popular e fortalecimento da democracia nos territórios.

Durante a mesa “Democracia, Território e Educação Popular: Experiências de Políticas Públicas Brasileiras”, Gilberto Carvalho apresentou o Programa de Formação Paul Singer de Agentes de Economia Popular e Solidária. Em sua fala, destacou a importância da formação de agentes nos territórios e elogiou a iniciativa do Governo do México, que desenvolve programa semelhante, com cerca de 30 mil agentes atuando nas periferias do país para orientar a população sobre seus direitos e benefícios.

“O nosso programa Paul Singer envolve 500 agentes que, embora representem apenas um pingô no oceano, estão fazendo um esforço significativo. Estamos promovendo um processo de formação permanente desses agentes, que já atuam nos territórios, e os resultados têm sido bastante interessantes”, afirmou o secretário.

Entre as principais ações do programa Paul Singer, destacam-se o diagnóstico dos territórios da economia popular e solidária, a atualização do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (Cadsol) e o estímulo à criação de novas iniciativas. Gilberto Carvalho também ressaltou a articulação com agentes de outros ministérios, como os da Cultura e da Saúde, para ampliar o alcance das ações.

O seminário foi encerrado nesta quinta-feira (30) e foi uma realização conjunta da Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério da Saúde (MS), Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), Escola Nacional Paulo Freire e Fundação Rosa Luxemburgo.

Leia mais no site do MTE em



Gilberto Carvalho apresenta Programa Paul Singer em seminário sobre democracia e participação social

Evento reuniu gestores públicos, especialistas e lideranças sociais do Brasil e da América Latina para debater integração, participação popular e fortalecimento da democracia nos territórios

Ministério do Trabalho e Emprego



FREI BETTO: 'AS POLÍTICAS PÚBLICAS SÓ SE TORNAM PÚBLICAS QUANDO APROPRIADAS PELO POVO'

O primeiro dia do Seminário Internacional “Democracia, Território e Participação Social”, na Universidade de Brasília (UnB), deu lugar ao debate sobre a importância da educação popular na elaboração e consolidação de políticas públicas fundamentais para garantir o desenvolvimento das populações historicamente excluídas.

A abertura do evento contou com a aula magna do teólogo e escritor Frei Betto, sobre os desafios da territorialização de políticas públicas para o fortalecimento da democracia.

“Mais do que metodologia pedagógica, a educação popular é uma forma de ação política que busca democratizar o conhecimento e empoderar sujeitos historicamente marginalizados para que se tornem protagonistas da transformação social. Nascida no bojo das lutas por alfabetização e cidadania e tendo Paulo Freire seu maior expoente, a educação popular propõe uma pedagogia dialógica baseada em interlocução horizontal entre educador e educando e voltada para a leitura crítica da realidade”, propôs.

“As políticas públicas só se tornam públicas quando apropriadas pelo povo. E a educação popular é o caminho dessa apropriação”, agregou o teólogo. “Essa perspectiva tem implicações diretas na implementação de políticas públicas. Afinal, nenhuma política, seja de saúde, educação, moradia, meio ambiente, cultura, pode ser eficaz se for imposta de cima para baixo, sem o envolvimento ativo das comunidades a que se destina”, completou, apontando à necessidade de revisar as experiências concretas.

“Experiências de educação popular, como as escolas de formação cidadã, grupos de base das pastorais sociais ou oficinas promovidas por movimentos, ONGs, universidades, tem demonstrado que quando o povo participa de forma atuante e crítica, as políticas ganham legitimidade e eficiência.”

Por outro lado, o escritor criticou as decisões “tomadas em gabinetes” que, segundo ele, “ignoram a complexidade das realidades locais”. “Governos e gestores preferem muitas vezes políticas de resultados rápidos com foco em indicadores quantitativos em detrimento de processos formativos lentos e qualitativos. Além disso, as dinâmicas políticas locais e os ciclos eleitorais curtos dificultam a consolidação de programas de formação cidadã a longo prazo”, afirmou Frei Betto.

“A democracia não se sustenta só pelo voto”, seguiu, “mas pelo exercício cotidiano da cidadania. E é a educação popular que permite ao cidadão compreender o sentido das políticas públicas e se sentir integrado a elas. É, portanto, condição da democracia participativa, não simples complemento”, afirmou, recorrendo ao pensamento do patrono da educação no Brasil, Paulo Freire, ao defender a apropriação coletiva do conhecimento.

“Paulo Freire afirmava que ninguém liberta ninguém. Ninguém se liberta sozinho. Os homens se libertam em comunhão. Essa frase resume a função da educação popular como mediadora entre o saber técnico e o saber popular”, argumentou.

A pesquisa

Durante o seminário, os pesquisadores apresentaram os resultados da investigação científica denominada “Políticas Públicas em Economia Popular, Trabalho Sócio Comunitário e Educação Popular na América Latina” que mapeou e analisou as iniciativas com o “propósito de fortalecer a capacidade do governo brasileiro em formular e implementar políticas públicas de trabalho e renda e educação popular” no Brasil.

A pesquisa foi iniciada em 2024, a partir de um acordo de cooperação entre os Ministério do Trabalho (MTE), Saúde (MS), Desenvolvimento Social (MDS) e a Secretaria-geral da Presidência da República (SG), em parceria com a Escola Nacional Paulo Freire e à Fundação Rosa de Luxemburgo.

Thays Carvalho, uma das coordenadoras do estudo, explicou que o trabalho focou em sistematizar políticas públicas, com presença territorial, que articulavam educação popular, trabalho sociocomunitário e participação social nos países investigados, cumprindo uma diretriz do atual governo brasileiro.

“Nosso objetivo com a investigação era contribuir para o aprimoramento das políticas públicas de participação social no Brasil, cumprindo um desígnio, uma diretriz do nosso presidente Lula, reafirmado inclusive recentemente numa fala na Conferência em Nova York sobre democracia, em que ele enfatiza que o fortalecimento da democracia, da soberania, está associado à organização, ao fortalecimento da organização popular nos territórios”, afirma. Ela relata que a seleção dos países investigados foi “desafiador”, posto que a América Latina “é um espaço muito rico de experiências”, por isso, a equipe precisou fazer um recorte dar seguimento à pesquisa.

“Primeiro, eram países que tinham as maiores economias do nosso continente e que têm uma formação social mais próxima da realidade brasileira, o que permite a gente fazer um pouco a relação entre essas realidades. Outra questão é que esses países têm uma taxa de informalidade no mundo do trabalho muito alta, porque essas políticas públicas atuam na organização, inclusive com arranjos produtivos nesses territórios desses setores da classe trabalhadora. E também países que enfrentaram ou têm enfrentado polarizações e o crescimento de grupos de extrema direita que têm ameaçado a democracia e a soberania desses países”, relata Carvalho.

A pesquisadora afirma que uma das formas de participação social e fortalecimento de políticas públicas é o reconhecimento de experiências produzidas a partir da realidade dos territórios e sua incorporação no orçamento público. O exemplo vem do próprio Brasil, onde o programa Cozinhas Solidárias foi institucionalizado, após o surgimento da iniciativa em diversas comunidades pelo país.

“É o caso da experiência do programa Cozinhas Solidárias, por exemplo, que é uma experiência gestada desde os territórios, das periferias, e que é um trabalho comunitário, de assistência a famílias em situação de vulnerabilidade, mas que pode hoje tem já um apoio, um aporte do Estado, que deve ser ampliado, mas reconhecendo a importância desse trabalho, para combater a fome e conquistar a soberania alimentar nos territórios”, comenta Carvalho.

A experiência mexicana e a disputa comunicacional

Jesús Ramirez, coordenador de assessores da Presidência da República do México, falou sobre as experiências de educação popular e participação na elaboração de políticas públicas, sobretudo a partir dos governos populares de Manuel López Obrador e da atual presidente do país, Claudia Sheinbaum.

“Nós aprendemos da experiência do nosso país, da experiência da luta popular, que a educação é um processo que se aprende e que se reconhece. E eu sei que [Paulo] Freire não vai achar ruim por dizer isso, mas eu acho que a educação popular se aprende na luta e na construção da cidadania, na construção da consciência para a participação, a consciência dos direitos e da ideia de nação inclusivo”, afirmou, destacando ainda a importância da recuperação da memória histórica.

“Nós, no processo mexicano, reivindicamos a memória como um elemento central para a construção da educação popular. Não podemos nos educar se não sabemos as lutas passadas que nos antecederam e nos deram pátria”, completou.

Por outro lado, Ramírez destacou o papel da comunicação na disputa territorial. “Sem comunicação, não há projeto emancipatório”, afirmou o mexicano, citando uma passagem da história da independência do país.

“Não celebramos a consumação da independência, que terminou em algo de que nos envergonhamos: a tentativa fracassada de um império. Em vez disso, reafirmamos o chamado à luta, o chamado à organização, o chamado à libertação. E esse chamado, assim como começou com o exército popular liderado por Hidalgo, e mais tarde por Morelos, que carregava

canhões para a defesa, também carregava, com o mesmo cuidado e importância, a imprensa, ou seja, a palavra impressa, a palavra escrita que levava a voz da luta e da libertação a todos os cantos”, relatou.

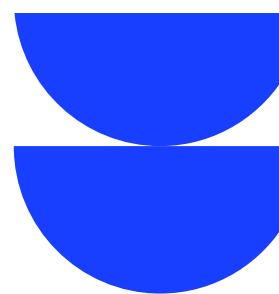
“Hoje, nas sociedades da informação, na era das novas tecnologias, a comunicação não é apenas um elemento de governo, nem meramente um elemento de emancipação; é o próprio cerne da emancipação, porque é assim que a subjetividade é construída: a política, a subjetividade cultural e a forma como construímos nossa participação”, finalizou o assessor do governo mexicano.

Leia mais no site do Brasil de Fato em



Frei Betto: 'As políticas públicas só se tornam públicas quando apropriadas pelo povo'

B Brasil de Fato / 29/10



LILIAN RAHAL DESTACA IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS

A secretária nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), Lilian Rahal, defendeu a participação social como elemento fundamental para a efetividade das políticas públicas. A fala foi feita durante sua participação no Seminário Internacional Democracia, Território e Participação Social, realizado dia 30 de outubro, em Brasília.

Na mesa “Democracia, território e educação popular: experiências de políticas públicas brasileiras”, a secretária apresentou programas da pasta como exemplos concretos dessa articulação.

“Este seminário discute a participação social e a democracia, tanto em nível nacional quanto no Governo Federal, especialmente no que tange às políticas públicas”, afirmou Lilian Rahal ao abrir sua participação. A secretária detalhou o funcionamento do Programa Cisternas, do Programa Cozinha Solidária e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), explicando como essas iniciativas promovem a democracia em sua implementação.

A secretária enfatizou o caráter colaborativo do Programa Cisternas, realizado integralmente em parceria com a sociedade civil. “Gostaria de destacar que a participação social é um princípio fundamental para a segurança alimentar, conforme nossa agenda atual, que visa garantir o direito humano à alimentação adequada”, explicou.

Lilian ressaltou que a participação social transcende os espaços institucionais formais. “Ela se estende a parcerias para a execução e implementação de nossas políticas. A colaboração com a sociedade civil e organizações é essencial para alcançar áreas onde o poder público sozinho não conseguiria chegar”, afirmou. De acordo com a secretária, essas organizações atuam como implementadoras de políticas e conhecem os territórios, “identificando demandas, necessidades e as melhores formas de o poder público atender às necessidades da população”.

Com informações do site do MDS em





MINISTÉRIO DA SAÚDE APRESENTA EXPERIÊNCIAS INOVADORAS EM GESTÃO, EDUCAÇÃO E TRABALHO NA SAÚDE EM SEMINÁRIO INTERNACIONAL

Com o objetivo de mapear e debater experiências de políticas públicas latino-americanas de educação e economia popular nos territórios, a Secretária-Geral da Presidência da República realizou o Seminário Internacional: Democracia, Território e Transformação Social. A iniciativa foi pensada como um espaço para que gestores e especialistas pudessem dialogar sobre o aprimoramento das políticas públicas latino-americanas. No caso do Brasil, a pasta apresentou iniciativas importantes realizadas como a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) e o Programa de Formação de Agentes Educadores e Educadoras Populares de Saúde (AgPopSUS), além de ações de formação e desenvolvimento profissional implementadas nos últimos anos no país.

“O Brasil, por meio da PNEPS, vem articulando a integração entre ensino-serviço-comunidade, visando o fortalecimento dos princípios fundamentais do Sistema Único de Saúde (SUS), uma experiência que tem nos mostrado diversas experiências inovadoras em gestão, educação e trabalho na área da saúde. Este encontro é mais uma oportunidade de mostrar que nosso país tem o compromisso de construir políticas públicas de saúde, garantindo direitos e contribuindo para o aperfeiçoamento das ações do Estado”, destacou o secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Felipe Proença.

O AgPopSUS é uma iniciativa do Ministério da Saúde, ancorada na Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS), que conta com investimento de mais de R\$ 23 milhões por ano. O programa vai formar este ano mais de 11 mil agentes e 550 educadores em territórios vulnerabilizados. Esse passo da pasta tem contribuído para a atuação dos movimentos sociais e populares na defesa do SUS e do direito à saúde, que busca fortalecer o protagonismo popular e a articulação de saberes nos territórios.

Na oportunidade, o secretário reforçou a relevância da construção de uma política que entende a formação em saúde de forma emancipatória e territorializada, a partir do diálogo, da escuta ativa e da valorização dos saberes populares.

“O diálogo entre o saber popular e a discussão do conhecimento científico é um desafio e o Ministério da Saúde tem feito. Ultrapassamos o negacionismo que aprofundou as desigualdades e iniquidades no país por um tempo e hoje reforçamos o quanto é importante a manutenção do princípio de autonomia, corresponsabilidade, construção coletiva, o olhar o território como um espaço vivo, que se modifica e que, quando se inicia o processo de formação, ele também se modifica ao longo desse processo. Além de reforçar o entendimento que a educação nasce do território, por isso, o AgPopSUS é um exemplo de sucesso que tem integrado teoria, prática e experiência territorial, possibilitando novas discussões e novas vivências”, apontou Proença.

Os agentes de Educação Popular em Saúde atuam em defesa do SUS nas comunidades em que vivem, contribuindo com trabalhadores e trabalhadoras da equipe de saúde da família, a partir do incentivo à participação da população nos conselhos locais de saúde, no combate à desinformação e na promoção de ações para potencializar o acesso à saúde.

Outra ação importante dentro do contexto das políticas públicas em saúde é o programa Mais Saúde com Agentes, que atua na ampliação da oferta dos cursos técnicos para Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias (ACE), a partir da qualificação profissional para um vínculo maior e mais forte com a população, além da integração entre Atenção Básica e Vigilância em Saúde no Sistema Único de Saúde (SUS).

A estratégia é uma ampliação do programa com objetivo de preparar ACS e ACE para as novas atribuições das categorias e para os desafios que se apresentam no trabalho em saúde nas comunidades.

Com informações do site do MS em





MINISTRO BOULOS PARTICIPA DO ENCERRAMENTO DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DEMOCRACIA, TERRITÓRIO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O ministro Guilherme Boulos, da Secretaria-Geral da Presidência da República, participou, na noite do dia 30 de outubro, do encerramento do Seminário Internacional “Democracia, Território e Participação Social”, na Universidade de Brasília. O seminário é uma realização conjunta da Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério da Saúde (MS), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Escola Nacional Paulo Freire e Fundação Rosa Luxemburgo. Para Boulos, o encontro expõe o desafio de reconfigurar o trabalho da educação popular para as classes trabalhadoras, sobretudo, para as pessoas que vivem na periferia.

“A educação popular é transformadora e já vi isso acontecer de perto. Só quem atuou na educação popular sabe a força que ela tem para reconstruir sonhos e a realidade das pessoas. Por isso, não podemos nos dar ao luxo de desperdiçar esforços. Tenho muita honra de estar aqui com vocês, que estão discutindo e construindo educação popular e participação social. O nosso desafio é reconfigurar o trabalho de base da educação popular para as nossas classes trabalhadoras e para as pessoas que vivem na periferia. Esse debate tem que estar no horizonte em todos os ministérios e nos movimentos sociais. O movimento social tem um papel insubstituível nisso, e tem que fazer com ousadia, autonomia, combatividade e dedicação com o trabalho nas periferias, conversando no dia a dia com o povo e também através dos instrumentos digitais”, afirmou.

Colaboração interministerial - Segundo o secretário nacional de Economia Popular e Solidária do MTE, Gilberto Carvalho, a ideia do encontro surgiu a partir do trabalho conjunto dos ministérios e das entidades organizadoras do evento para que essas discussões fossem colocadas em pauta.

“Foi um seminário rico de debates, com amadurecimento de muitas propostas e práticas avançadas de inovação popular. A presença latino-americana de países como o México, Venezuela, Argentina e Colômbia enriqueceu ainda mais esse encontro e, com os frutos dessa ampla reunião, vamos ter de fruto um trabalho importante para que a SGPR e todos os outros ministérios possam coordenar novas políticas públicas para o povo brasileiro”, declarou.

Para a assessora de Participação Social e Diversidade do MS, Cristiane Cruz, “o encontro pôde mapear, analisar e promover um amplo intercâmbio de experiências latino-americanas”. Segundo ela, a partir disso será possível “criar e fortalecer as políticas públicas brasileiras com foco na participação social, na educação e economia popular, principalmente, nas áreas da gestão do trabalho e educação na saúde”.

A secretária nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Lilian Rahal, considera que o trabalho interministerial, a parceria envolvendo as entidades que participaram do evento e a participação da sociedade civil organizada “ajudam a encontrar caminhos para a construção de políticas públicas para incrementar as nossas agendas”.

Ela também destacou que a ideia é continuar construindo esses espaços de trabalho “para garantir a efetividade da participação social na construção de políticas públicas que cabem a cada ministério envolvido”.

Somação de esforços - Julia Aguiar, da direção da Escola Nacional Paulo Freire, considera que o desafio central a partir do encontro é o de aprofundamento na construção de políticas públicas que estejam atreladas ao fortalecimento da democracia com participação social.

“Isso precisa ter uma continuidade e a mensagem principal é para que a gente possa pensar de que maneira enfrentamos os desafios atuais e como o governo fortalece a participação nos territórios. Com as políticas públicas, conseguimos mudar a vida do povo brasileiro e construir consciência social e popular com as pessoas sendo protagonistas da sua própria história. Essa é a nossa missão, contribuir com o governo, mas também com a organização popular”, destacou.

Já o coordenador da Assessoria da Presidência do México, Jesus Ramires, que também representou os demais países latino-americanos durante o evento, reforçou a ideia de união de esforços em busca de soluções para causas comuns.

“Viemos compartilhar experiências para unir ideias, projetos e as nossas lutas. Muitas cabeças pensam melhor que apenas uma, por isso, lutamos melhor juntos. Uma luta por conhecimento e compromisso ético com o povo, para cumprir propostas e sermos efetivos. Assim, as nossas democracias terão resultados. Juntos, vamos somar esforços por uma causa comum e pela necessidade de pensar e sonhar por um mundo e um futuro melhor”, afirmou.

Ao final desses dois dias de encontro, o seminário traz como resultados, a partir das discussões, a identificação de modelos inovadores e de boas práticas internacionais que possam contribuir para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e conectadas às realidades territoriais e comunitárias do país, com adaptação às novidades dos meios de comunicação, por exemplo, para que os governos possam, através da participação social, trabalhar mais próximo da população, com políticas públicas cada vez mais efetivas.

Leia mais no site da SG em



Ministro Boulos participa do encerramento do Seminário Internacional sobre Democracia, Território e Participação Social

O seminário, ao longo de dois dias, debateu os desafios da territorialização de políticas públicas para o fortalecimento da democracia na América Latina, com Participação e Transformação Social, Economia Solidária e Educação Popular.

Secretaria-Geral



Encerramento com ministro Guilherme Boulos - Foto MTE



Mesa sobre os resultados da pesquisa
Foto MTE



Mesa sobre os resultados da pesquisa
Foto MTE -



Delegação Internacional - Foto MTE



Jesus Ramirez do México
Foto MTE



Mesa sobre agentes territoriais no governo
federal - Foto MTE

BRASIL COMPARTILHA EXPERIÊNCIAS EM ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA DURANTE FÓRUM GLOBAL NA FRANÇA

No dia 29 de outubro, o secretário nacional de Economia Solidária (Senaes) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Gilberto Carvalho, ressaltou que a economia popular e solidária vem se consolidando como uma política pública no Brasil, impulsionada pelo fortalecimento das ações de fomento e qualificação apoiadas pelo Estado.

A afirmação foi feita durante o 7º Fórum Global de Economia Social e Solidária, realizado em Bordeaux, na França, entre os dias 29 e 31 de outubro, sob o tema “Dar vida à economia em transição e fazê-la crescer”.




Foto MTE

A participação do secretário ocorreu de forma virtual, na plenária “Iniciativas governamentais de promoção da economia social e solidária”, que reuniu autoridades e representantes de instituições e redes da área para debater os desafios, perspectivas e estratégias voltadas ao desenvolvimento sustentável das comunidades.

Durante sua fala, Gilberto compartilhou as experiências brasileiras no setor, reforçando o papel estratégico da economia popular e solidária na agricultura familiar, fortalecida por políticas de compras públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). “Essas iniciativas têm impulsionado o desenvolvimento da economia solidária na área rural, ao garantir que alimentos sejam comprados diretamente da agricultura familiar e destinados a entidades sociais e escolas”, afirmou. Ele enfatizou, no entanto, que ainda existem desafios significativos para ampliar a economia popular e solidária nas áreas urbanas e no setor industrial.

Outro ponto de destaque em sua fala foi a aprovação da Lei Paul Singer, sancionada em dezembro de 2024, que reconhece oficialmente a economia solidária como política pública no país. “Essa conquista representa um marco na luta e na organização da economia popular e solidária, mostrando que este é um caminho viável para superar a exclusão e a fome que ainda vitimam o povo brasileiro”, afirmou.

Ao final de sua participação, o secretário comemorou a possibilidade de o Brasil sediar o próximo Fórum Global de Economia Social e Solidária, em 2027. A cidade candidata a receber o evento é Maricá (RJ). “Seria um salto de qualidade na construção da economia solidária no país”, concluiu Carvalho.



Senaes presente no Fórum Global de Economia Social e Solidária

O subsecretário da Senaes e diretor de Parcerias e Fomento, Fernando Zamban, acompanhou presencialmente o Fórum, representando o governo brasileiro. Sua participação garantiu que a próxima edição do encontro mundial em Economia Solidária será no Brasil, “Maricá/RJ foi referendada pela assembleia geral e, em 2027, o Fórum Global da Economia Solidária vai ser no Brasil”, comemorou Zamban. De acordo com o gestor, mais de seis mil pessoas participaram do Fórum, discutindo outro mundo possível.

“Ao longo do encontro tivemos oportunidades importantes em discutir para a construção do nosso Sistema Nacional de Economia Solidária que é o financiamento da economia solidária e as experiências de municípios e estados nesta implementação. Vai ser muito importante para o próximo ano a gente implementar o Sistema Nacional que foi aprovado junto com a Lei Paul Singer em dezembro de 2024”, exaltou Zamban.

O secretário substituto da Senas agradeceu a escolha do Brasil para acolher o Fórum em 2027 em nome do governo brasileiro. Confira a fala de Zamban ao saber da decisão da Assembleia Geral:

“É com grande alegria que parabeno a todos e todas pela realização deste Fórum Global de Economia Social e Solidária aqui em Bordeaux. Este encontro tem demonstrado, mais uma vez, a força e a vitalidade de um movimento que coloca a vida, as pessoas e o planeta no centro da economia. Em nome do governo do Brasil, quero expressar nossa profunda gratidão pela confiança depositada em nosso país — e na cidade de Maricá — para sediar a próxima edição do Fórum Global. Recebemos essa missão com entusiasmo, responsabilidade e compromisso.


Saibam que o governo federal brasileiro estará plenamente disponível para colaborar e apoiar a realização deste grande encontro. Acreditamos que a economia solidária não é apenas um modelo alternativo — é, na verdade, a única alternativa possível para garantir a sobrevivência da vida em nosso planeta, com justiça social, sustentabilidade e esperança. Muito obrigado e sejam bem-vindas e bem-vindos ao Brasil!”

Confira o discurso de Fernando Zamban por ocasião do lançamento do mês da Economia Solidária na França:

“É com grande alegria e profunda honra que trago, em nome do Secretário Gilberto e do governo brasileiro, os cumprimentos e agradecimentos pelo convite para participar deste importante evento. Quero, antes de tudo, parabenizar a França pela realização e pelo lançamento do Mês da Economia Social e Solidária, uma iniciativa que reafirma um compromisso com valores cada vez mais urgentes: solidariedade, cooperação e justiça social.

Este mês dedicado à economia solidária é uma oportunidade extraordinária de dar visibilidade a práticas transformadoras, que colocam as pessoas — e não o lucro — no centro da economia. É também um momento de inspirar o mundo com experiências concretas que mostram que outro modelo de desenvolvimento é possível: um modelo que respeita o meio ambiente, valoriza o trabalho coletivo e promove a inclusão social.

No Brasil, vivemos hoje um momento de reconstrução das políticas públicas. Depois de um período de descontinuidade, com um governo facista, o governo federal do nosso Presidente Lula retomou o compromisso com as populações mais vulneráveis e historicamente excluídas, e é justamente nesse território — o das desigualdades, mas também das resistências — que a economia solidária floresce.



A economia solidária brasileira nasce da criatividade e da luta de trabalhadoras e trabalhadores que não aceitaram ficar à margem. Gente que transformou a falta de oportunidades em ação coletiva, e que segue mostrando, todos os dias, que é possível produzir, distribuir e consumir de forma diferente. Hoje, temos um cenário bastante otimista para o fortalecimento dessa agenda. O Congresso Nacional aprovou recentemente a Lei da Economia Solidária, batizada de Lei Paul Singer, em homenagem ao nosso grande pensador e formulador dessa política.

A nova lei cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e institui uma personalidade jurídica própria, o empreendimento de economia solidária, garantindo mais segurança jurídica e institucional para as iniciativas do setor. Com essa lei, poderemos avançar na implementação de políticas públicas em parceria com estados e municípios, ampliando os mecanismos de financiamento, de comercialização e de formação.

Ela prevê ainda as conferências de economia solidária como instrumentos de participação social — a exemplo da 4ª CONAES, realizada em agosto, que reuniu mais de 1.200 pessoas de todas as regiões do país e definiu as diretrizes do novo Plano Nacional de Economia Solidária. Está também muito próxima de ser aprovada a lei que regulamenta as moedas sociais, outro marco importante para a inclusão financeira e o fortalecimento das economias locais. Essas conquistas representam avanços estruturantes rumo a políticas emancipatórias, que colocam o trabalho coletivo e a dignidade no centro do desenvolvimento.

Vivemos um tempo em que o capitalismo enfrenta crises múltiplas — econômica, social, ambiental e até moral — e tenta se reinventar para sobreviver. Nesse contexto, é fundamental reafirmar que a economia solidária não é uma variação do capitalismo, nem um “puxadinho” do sistema.

Ela representa uma mudança profunda de paradigma:

- da competição para a cooperação;
- do consumo para o compartilhamento;
- do individualismo para a coletividade.

É uma forma concreta de mostrar que ainda podemos viver e produzir de outra maneira neste planeta, com respeito à natureza e às pessoas. E precisamos fazer isso globalmente, articulando iniciativas, governos e movimentos — como propõe o Fórum Global de Economia Social e Solidária (GSEF), que nos convoca a pensar juntos o futuro da humanidade sob o signo da solidariedade. Por isso, momentos como este — o Mês da Economia Social e Solidária da França — têm um valor simbólico e político imenso. Eles nos permitem reafirmar a esperança e construir alianças entre povos e nações que acreditam que a solidariedade pode ser a base de uma nova economia e, sobretudo, de um novo modo de viver em sociedade. Que este encontro e este mês de celebração nos inspirem a seguir avançando — na França, no Brasil e em todos os lugares — na construção de uma economia que tem alma, que tem rosto e que tem coração. Uma economia que não deixa ninguém para trás.

Muito obrigado. Vive l'économie solidaire!
Viva a economia solidária!”

Fórum Global da Economia Solidária

Realizado a cada dois anos, o Fórum Global de Economia Social e Solidária é um dos mais importantes eventos internacionais da área. O encontro reúne atores do ecossistema da economia social e solidária, promovendo o debate sobre grandes questões sociais e a troca de experiências entre governos locais e redes da sociedade civil comprometidas com o desenvolvimento local inclusivo e sustentável. Além de Bordeaux, o Fórum já foi sediado em Seul, Montreal, Bilbao, Cidade do México e Dacar.



Fernando Zamban representando - Foto divulgação

Com informações do site do MTE em

Brasil compartilha experiências em economia popular e solidária durante Fórum Global na França

O secretário nacional de Economia Solidária, Gilberto Carvalho, destacou que a economia popular e solidária tem crescido progressivamente como política pública no Brasil, com apoio do Estado por meio de ações de fomento e qualificação.

Ministério do Trabalho e Emprego



Fernando Zamban representando o governo brasileiro - Foto divulgação

CONTE PARA NÓS SUA EXPERIÊNCIA COM O BOLETIM SENAES

Com o intuito de aperfeiçoar nossa lista de transmissão e envio do Boletim por mensagem eletrônica, gostaríamos de saber sua experiência em receber nossas notícias.

Para tanto, precisamos que você envie mensagem contando se tem ou já teve dificuldades em receber o Boletim, seja por telefone ou e-mail.

Na mesma mensagem você pode nos enviar dúvidas, críticas e sugestões para melhorar nosso informe semanal.

Para você ter acesso às edições do Boletim Semanal da Senaes, basta clicar aqui



Mande sua experiência, dúvida, crítica ou sugestão para comunicação.senaes@trabalho.gov.br que ficaremos felizes em responder. Obrigada 😊

Expediente: Informativo elaborado pela Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária - SENAES/MTE

Contato/sugestões:

E-mail:

comunicacao.senaes@trabalho.gov.br

Telefone: (61) 2031- 6833